

COM SERIEDADE MAS SEM TRIUNFALISMO

(Por Carlos Cardoso)

7

Domingo 7-10-84

Creio que a declaração de Pretória, feita quarta-feira pelo Governo sul-africano, deve ser encarada com muita seriedade, mas sem triunfalismo. O pior, que poderia acontecer neste momento seria um relaxamento da atitude combativa contra o banditismo armado.

E digo isto por duas razões: em primeiro lugar, porque nas sucessivas agressões contra Moçambique houve tantas manobras, que os moçambicanos, naturalmente, têm motivos para uma dose aguda de ceticismo; em segundo lugar, porque a atitude combativa é a nossa única defesa contra mais manobras.

Uma coisa é certa: a declaração de Pretória feita no espírito de Nkomati significa que o Governo sul-africano decidiu finalmente colaborar na cessação da violência por parte dos bandidos armados. Por outras palavras, resolveu responder positivamente à essência do Acordo do Nkomati, resolveu ter um papel activo — e não apenas passivo — na aplicação do Acordo. E fê-lo de forma pública, com todo o peso das suas instituições máximas.

Mas os moçambicanos têm todo o direito de perguntar: porquê tanto tempo? Porquê só seis meses após a assinatura do Acordo de Nkomati?

Haverá várias respostas para isto. Re-enas duas.

Primeira, que as forças agressivas — e não só dentro da África do Sul — esperavam que, sob a desestabilização de uma campanha acentuada de terror levar o Governo moçambicano a aceitar negociar politicamente. Em segundo lugar, de instrumento útil da desestabilização, o terrorismo organizado passou a ser empecilho para a estratégia sul-africana.

Vejamos um pouco detalhadamente estes dois pontos:

Após Nkomati, acentou-se a natureza terrorista das acções dos bandos armados, particularmente dos milhares de bandidos infiltrados na Província do Maputo, imediatamente antes de Nkomati. A isto aliou-se, nos últimos três meses, uma autêntica campanha internacional, segundo a qual o Governo moçam-

bicano estaria a negociar uma «acomodação política».

Aqui, uma vez mais, a Informação «neutralista» e «objectiva» do Ocidente — e da África do Sul — mostrou a sua verdadeira face política e espiritual, servindo de veículo principal desta campanha tendente a legitimar os bandos terroristas. Várias vezes ministros moçambicanos desmentiram que estivesse a haver qualquer negociação política, mas as suas declarações eram secundarizadas em função das declarações mais fantásticas por parte de elementos ligados ao banditismo organizado e seus mentores. A campanha chegou a tal ponto, que muita gente por esse Mundo fora passou a acreditar até que já havia acordado quanto a alguns dos bandidos serem nomeados ministros em Moçambique em troca de uma cessação da violência. Até já estavam decididos pastas ministeriais para elementos que se apresentavam como chefes nominais dos bandidos (e digo «nominais» porque os nomes dos verdadeiros chefes só serão conhecidos mais tarde).

O objectivo era claro: criar na opinião pública internacional uma atitude complacente com tal «acomodação política» dos bandidos, e fazer o mesmo junto de alguns estratos sociais moçambicanos na esperança de que a «sugestão» passasse a situação de facto.

Durante estes meses, pelas inúmeras vias da desinformação, pelo desgaste da imagem, procurava-se desgastar a integridade política do Estado moçambicano e do Partido Frelimo. O fenómeno mais vasto, de que isto era apenas uma faceta, era este: tratava-se de uma (talvez) última tentativa para provocar uma mudança na natureza política e ideológica do Estado moçambicano.

A situação mudou, creio, quando Moçambique fez saber publicamente que a continuação do banditismo organizado em Moçambique estava a pôr em perigo o próprio Acordo de Nkomati. Tornara-se então claro que Moçambique estava disposto a resolver o assunto sozinho sobre a letra morta do Acordo, um docu-

mento solene tornado papel inútil.

OUTRA ESTRATÉGIA

Muita gente se pergunta hoje: «mas a África do Sul estava a violar o Acordo?» Penso que mesmo esta pergunta se tornou secundária. O

passar a uma estratégia económica (em uníssono com o grande capital das mais variadas origens).

Pouco a pouco foi-se tornando claro para muitos homens de negócio sul-africanos e para o governo, que sem paz em Moçambique não era possível qualquer relação eco-



Na foto, o Ministro da Segurança Sérgio Vieira e o Ministro na Presidência para os Assuntos Económicos, Jacinto Veloso, chefe da Delegação durante os últimos conversações para a Paz, em Pretória, com o Governo da África do Sul

importante é que Moçambique tinha assinado o Acordo de Nkomati com o objectivo implícito de que o Acordo, ao «fechar a torneira» trouxesse a paz. A atitude do Governo de Pieter Botha era passiva e o banditismo prosseguia, embora perdendo no terreno. Portanto, adeus Acordo de Nkomati; procurem-se outros meios.

O segundo ponto é igualmente importante. Com a assinatura do Acordo, o Governo de Pieter Botha abandonou uma estratégia militar em relação a Moçambique, para

nómica substancial entre os dois países.

Se Moçambique precisa dos randes das tarifas ferro-portuárias, a África do Sul (e especialmente o Transvaal) precisa do porto de Maputo, porque o transporte para cá e o escoamento por Maputo é mais barato. Se Moçambique precisa de investimentos sul-africanos, a África do Sul precisa de os fazer para alargar a sua área de acção muito abalada com a perda de mercados. Só em paz se podem construir as infra-estruturas que tornarão

Moçambique, um dia, mercado importante. Ora, a continuação do banditismo impediu a África do Sul de desenvolver este lado económico que o Acordo de Nkomati fazia antever. Em termos estratégicos, portanto, o Governo sul-africano ficou numa posição de «nem peixe nem carne». Assim, acabou por, no seu próprio interesse, anunciar uma intenção de actuar contra o banditismo.

Mas os dois pontos que mencionei aqui, foram analisados um em função do outro. Só quando o Governo moçambicano pôs publicamente o perigo que o Acordo do Nkomati corria, é que se concluiu que era inútil prosseguir na tentativa de levar os moçambicanos a uma «partilha de poderes».

Levou seis meses. E precisamente porque levou seis meses, os moçambicanos têm o dever de se perguntarem se não haverá mais manobras, mais cartas escondidas.

O que está em jogo não é uma brincadeira. É algo de extremamente complexo; algo que se acontece na fase da formação de uma Nação. Trata-se de reintegrar na sociedade moçambicana milhares de moçambicanos violentados pelo fanatismo mais terrorista, mais desumanizante visto até hoje em África. E trata-se de tranquilizar todo o resto da sociedade, que foi agredida até ao coração dos seus valores mais sagrados. Isto é qualquer coisa que escapa a pessoas que vivem em nações formadas há séculos. É qualquer coisa que foge à compreensão racista de «observadores» longínquos, para quem o rapto e assassinato de Aldo Moro na Itália é um acto terrorista, mas para quem a mutilação de camponeses em Moçambique é apenas «mais uma prova da «crueldade nata dos africanos».

Toda esta desinformação cita cada vez mais o espírito de que temos de ser nós, ser esta nossa informação de pé coxinho, a ocupar o espaço que muitas cabeças moçambicanas ainda reservam para os canoais que vêm de fora, numa atitude inadveritada de submissão mental. ■